



ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2011 E 2017

LUCAS ROCHA SANTANA DA SILVA; MAYRA MARINHO SANTOS; JOSÉ WILSON MAGALÃES SOTERO FILHO; SUZANE NUNES BARRETO DE ANDRADE

INTRODUÇÃO: Atenção primária em saúde (APS) busca direcionar demandas dos usuários para os níveis da rede de atenção à saúde e organizar o fluxo de atendimentos. Firmou-se no Brasil a partir da implementação do PNAB buscando possibilitar o acesso universal e contínuo, além do desenvolvimento de um cuidado integral com impacto na autonomia das pessoas. Vale ressaltar a evolução desta, no estado do Tocantins, relacionando seu histórico e políticas normativas, a fim de entender como essa política pública se relaciona com a região em questão. **OBJETIVO:** Analisar o panorama histórico da APS do Tocantins, no período de 2011 a 2017. **METODOLOGIA:** Revisão narrativa, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, na qual foram identificados artigos publicados na base SciELO Brasil, no período de 2011 a 2017. **RESULTADOS:** No ano de 2011, foi instituído o Decreto 7.508, que regulamenta a Lei 8.080 no que diz respeito à organização do SUS, ao planejamento e a descentralização da saúde. No Tocantins, essa abordagem foi difícil nessa primeira fase, pois 92,8% dos municípios do Tocantins possuem menos de 20000 habitantes e, desses, 54,26% possuem menos de 5000. Esse fato dificultou o processo de regionalização, devido a difícil independência de muitos desses municípios em relação à estrutura. Em 2012, foi lançada uma nova edição da PNAB, que reafirmou as diretrizes da edição anterior, flexibilizou a carga horária da categoria médica, com a possibilidade de trabalho por 20 ou 30 horas semanais, visando suprir o déficit desses profissionais nas equipes e, no Tocantins, possibilitou a assistência médica em regiões longínquas, além da implantação das regiões de saúde que, no estado, foram divididas em 8 partes. Em 2017, última edição da PNAB, houve alterações significativas, como a participação não obrigatória do Agente Comunitário de Saúde em todo o território. **CONCLUSÃO:** É possível observar uma evolução nas políticas públicas relacionadas à Estratégia da Saúde da Família (ESF), em especial no Tocantins, que apresentou difícil implantação dessas políticas, inicialmente. Urge a persistência em uma ESF mais descentralizada e não apenas voltada para uma abordagem centrada em hospitais, haja vista as peculiaridades do estado.

Palavras-chave: Saúde, Evolução, Universal, Tocantins, Desenvolvimento.